

## Parlasul sugere conselho para monitorar crise internacional

O Parlamento do Mercosul sugeriu ontem, em Montevideu, a criação de um grupo de monitoramento da crise financeira internacional com o objetivo de acompanhar os desdobramentos sobre o processo de integração regional.

O projeto da declaração foi apresentado pelo presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). O texto propõe ainda a adoção conjunta de ações destinadas a “estimular as atividades econômicas que venham a ser mais afetadas pela redução do crescimento”.

Mercadante afirmou que esta é a “maior crise financeira de nossa geração”. Só a crise de 1929, disse, teve dimensões semelhantes. Mas a Bolsa de Nova York já caiu, em 2008, mais do que na crise de 1929. A instabilidade e a aversão ao risco permanecem, como observou o senador, e a crise, em breve, deverá ter reflexos diretos na economia real, gerando desemprego. Em sua opinião, os países do Mercosul não serão poupados.

– A queda de preços das *commodities*, as restrições às linhas de crédito e a queda na demanda internacional por nossas exportações provocarão impacto nas contas externas e nas contas públicas de nossos países. A resposta não é o isolacionismo. Precisamos de mais integração. A crise dará lugar a uma nova ordem econômica internacional e, nessa construção, nossa região pode sair na frente.

Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu “mais ousadia” no debate sobre a crise internacional. Atualmente, disse, acredita-se que a crise ocorre somente por culpa dos bancos, quando esses teriam apenas reagido a uma pressão do setor produtivo para vender seus produtos.



Montevideu sedia uma série de reuniões do Parlamento do Mercosul



Comissão de Educação do Parlasul: cota para filmes do Mercosul



Tuma questiona termo “genocídio” para mortes na Guerra do Paraguai



Comissão de Assuntos Econômicos incluiu Paraguai na agenda de debates

## Grupo discutirá relações tensas entre Brasil e Paraguai

Temas polêmicos, como manobras nas fronteiras, devem ser discutidos por um grupo de trabalho de representantes dos dois países, no âmbito do Parlamento do Mercosul. **2**

## MP anticrise pode ser votada esta semana

Segundo Garibaldi Alves, medida provisória que amplia poderes do Banco Central será aprovada com tranquilidade na Casa

O Plenário do Senado precisa deliberar sobre cinco medidas provisórias que estão obstruindo a ordem do dia antes de votar a medida provisória (MP) que concede poderes ao Banco Central para socorrer instituições financeiras em dificuldade, com o objetivo de atenuar os efeitos, no país, da crise financeira que atingiu os mercados mundiais. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse acreditar que a MP anticrise será aprovada com tranquilidade pelo Plenário. A outra medida provisória que também visa conter os reflexos da turbulência nos mercados – ainda em exame na Câmara – autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a adquirirem participação em instituições financeiras. **3**

## Para Raupp, Congresso pode corrigir MP dos bancos

O líder do PMDB, Valdir Raupp, afirmou ontem que, se necessário, o Congresso Nacional deve fazer “correções e aperfeiçoamentos” na medida provisória que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a adquirirem instituições financeiras em dificuldades. **3**

## Combate à dengue deve ser permanente, afirma Papaléo

Senador lamenta que só agora o governo torne público um programa de combate à dengue no verão 2008/2009. “Os programas devem existir ao longo do ano todo e de modo permanente”, observou. **4**

## Comissão amplia debate sobre Orçamento de 2009

Em busca de “participação popular” no projeto de lei orçamentária, a Comissão Mista de Orçamento realiza hoje, em Belo Horizonte, mais uma rodada de discussões sobre a proposta para 2009. Os debates, que começaram

em 23 de outubro, prosseguem em Porto Velho (dia 6), Rio de Janeiro (7), Salvador (10) e Palmas (11). No Plenário, Paulo Paim elogiou as audiências, que, segundo ele, são uma forma de “orçamento participativo nacional”. **4**



Entre os temas a serem debatidos estão o Tratado de Itaipu, projeto sobre sacoleiros e a situação dos brasiguaios, ameaçados de perder parte de suas terras

## Grupo discutirá relações bilaterais com Paraguai

OS TEMAS MAIS polêmicos das atuais relações entre o Brasil e o Paraguai deverão ser discutidos por um grupo de trabalho de parlamentares dos dois países, segundo decisão da Comissão de Assuntos Econômicos, Financeiros, Comerciais, Fiscais e Monetários do Parlamento do Mercosul.

A criação do grupo foi sugerida pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que preside a Representação Brasileira no Parlasul. Entre os temas, estão a proposta paraguaia de renegociação do Tratado de Itaipu; o projeto que regulamenta a atividade dos sacoleiros; e a situação dos produtores rurais brasileiros no Paraguai, chamados brasiguaios.

Na reunião – que contou com a presença do representante permanente brasileiro junto ao Mercosul e à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), embaixador Regis Arslanian –, a comissão aprovou também a realização de um



Dr. Rosinha (E) e Mercadante lamentam morte de deputado

seminário, em parceria com o Parlamento Europeu, sobre a crise financeira internacional e a convergência macroeconômica do Mercosul.

### Manobra

As tensas relações entre Brasil e Paraguai foram também debatidas durante a sessão do Plenário do Parlasul de ontem. Eric Salum, Angel Barchini, Ricardo Canese, Modesto Guggiari e Nelson Alderete, parlamentares paraguaios, criticaram, em outubro, a realização de uma manobra militar brasileira perto da fronteira entre os dois países. Alderete considerou uma “intimidação” ao Paraguai declaração atribuí-

da ao general brasileiro José Carvalho Siqueira, segundo a qual poderia ocorrer uma ocupação militar da hidrelétrica de Itaipu se houvesse uma determinação do presidente Lula. A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) respondeu que sempre houve manobras militares dos dois lados – algumas conjuntas, outras individuais. Mercadante lembrou que a realização da manobra foi anunciada ao governo paraguaio cinco meses antes da chegada das tropas à região. O senador disse que as declarações atribuídas ao militar brasileiro foram “inapropriadas e não manifestam a posição do governo brasileiro”.

Durante a sessão, foram aprovados um voto de pesar apresentado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e uma declaração de pesar sugerida por Mercadante pela morte do deputado Max Rosenmann, que integrava a Representação Brasileira.

## Parlasul agendará debates sobre representatividade

A Comissão de Orçamento e Assuntos Internos do Parlasul resolveu ontem sugerir à Mesa Diretora a elaboração de um calendário de debates a respeito da adoção do critério de proporcionalidade para a eleição dos futuros parlamentares do bloco. A decisão foi adotada para superar o impasse a respeito do tema.

Estava em pauta proposta do deputado Dr. Rosinha (PT-PR) segundo a qual o Brasil passaria a contar com 75 representantes no Parlasul, enquanto a Argentina teria 33 e Paraguai e Uruguai manteriam seus 18 atuais. A Venezuela – quando confirmada a sua adesão plena – contaria com 27. Atualmente, as bancadas dos quatro membros têm 18 parlamentares. Os representantes paraguaios negaram-se a colocar o tema em discussão. O deputado brasileiro Cláudio Diaz (PSDB-RS) disse que a falta de uma decisão colocaria em risco a própria existência do Parlasul. A solução encontrada, segundo Aloizio Mercadante, foi a de encaminhar à Mesa Diretora o pedido.

## Filmes do Mercosul poderão ter cota de tela

Os integrantes do Mercosul poderão adotar cotas para as produções cinematográficas dos quatro países em todos os cinemas do bloco. Essa proposta de recomendação será apreciada no próximo encontro da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte do Parlasul, anunciou a presidente do colegiado, Marisa Serrano (PSDB-MS). Ontem, durante reunião da comissão, o diretor de Relações Internacionais do Ministério da Cultura do Brasil, Marcelo Dantas, comentou a proposta – ainda em estudo no ministério – para que a cota de filmes nacionais adotada pelo Brasil, que reserva anualmente 28 dias aos filmes nacionais, transforme-se em uma cota do Mercosul, ampliada em alguns dias e extensível a filmes dos outros países do bloco.

A sugestão foi muito bem recebida pelos parlamentares que participaram do encontro. E a comissão decidiu então elaborar uma proposta de declaração a ser apreciada na próxima reunião no sentido de que todos os países do bloco adotem legislação semelhante.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Homenagem ao padre Antônio Vieira

O Senado realiza, às 14h, sessão deliberativa. Cinco medidas provisórias trancam a pauta de votações. O horário do expediente será dedicado a celebrar a passagem dos 400 anos de nascimento do padre Antônio Vieira.

### Garibaldi recebe o ministro da Previdência

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, preside, às 14h, sessão destinada a homenagear a passagem do 400º aniversário de nascimento do padre Antônio Vieira. Às 16h, recebe o ministro da Previdência Social, José Pimentel. Em seguida, preside a ordem do dia.

### Audiência discute o Estatuto dos Museus

A Comissão de Educação (CE) discute, às 10h, o projeto de Estatuto dos Museus. Estão convidados o secretário de Cultura de São Paulo, João Sayad, e os representantes da Associação Brasileira de Museologia Antônio Carlos Vieira e do Museu de Arte Moderna (MAM-RJ) Carlos Alberto Chateaubriand.

### CMO realiza seminário em Belo Horizonte

Às 9h, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, ocorre mais uma audiência pública da série de debates regionais sobre o projeto de Lei Orçamentária Anual de 2009, promovidos pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). As discussões começaram em 23 de outubro e já passaram por sete cidades.

### Isenção de IPI para material escolar

Em reunião, às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota, dentre os 14 itens em pauta, o que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) materiais escolares e estabelece alíquota zero para a contribuição PIS/Pasep e a Contribuição para Financiamento da Seguridade So-

cial (Cofins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos. Também deve ser analisada a proposta que institui o Regime de Tributação Unificada na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai – o Projeto do Sacoleiro.

### Lançamento do livro *Momento pensante*

O jornalista potiguar Público José lança, às 18h, na Biblioteca do Senado, o livro *Momento pensante*, que reúne crônicas, ensaios, artigos e reflexões.

### Regulamentação da reforma agrária em pauta na CRA

A proposta sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária é o primeiro dos três projetos em pauta na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que se reúne às 11h30.

### Incentivo à preservação em áreas rurais

Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) vota 13 proposições. Entre elas, a que exclui a incidência do Imposto Territorial Rural sobre as áreas rurais preservadas além do exigido para reserva legal. Também poderá ser analisado projeto que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária.

### CPI combate uso da internet para pedofilia

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia realiza, às 14h, audiência pública para investigar e apurar a utilização da internet para a prática de crimes de pedofilia, bem como a relação desses delitos com o crime organizado. O diretor da Polícia do Senado Federal, Pedro Ricardo Araújo Carvalho, participará do debate.

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias  
**1º Secretário:** Efraim Morais  
**2º Secretário:** Gerson Camata  
**3º Secretário:** César Borges  
**4º Secretário:** Magno Malta  
**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

#### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes • Paulo Paim

#### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

#### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
**Chefia de Reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira  
**Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli  
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich (61) 3311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Morais  
**Tratamento de imagem:** Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137  
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.  
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



## CAE deve decidir hoje sobre crédito com Banco Mundial

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode votar hoje, a partir das 9h, autorizações para contratação de duas operações de crédito com o Banco Mundial, no valor de US\$ 323,45 milhões. As mensagens são de autoria da Presidência da República e os recursos se destinam ao financiamento parcial do Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (Proesf II) e do Projeto de Apoio à Inclusão Social e ao Desenvolvimento Econômico do Ceará (Swap II).

Do total de recursos a serem contratados, US\$ 83,45 milhões irão para o Proesf II, numa operação com o governo federal; e US\$ 240 milhões, ao Swap II, em contratação feita com o governo do estado do Ceará. As mensagens que tratam das operações contam com pareceres favoráveis dos respectivos relatores, os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Renato Casagrande (PSB-ES).

Também está na pauta da CAE o Projeto de Lei da Câmara 28/08, que altera a lei sobre o cadastro informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais. A mudança tem por objetivo "prever e disciplinar a incidência de encargos financeiros sobre quaisquer créditos do Banco Central do Brasil sujeitos à inscrição e cobrança como dívida ativa", conforme a justificativa da matéria.

## Proposta facilita a produção de radioisótopos

A proposta de emenda à Constituição que abre à iniciativa privada a possibilidade de produção, comercialização e utilização de radioisótopos de uso médico é o primeiro item da reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria, de autoria do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), elimina as restrições constitucionais hoje existentes.

O senador lembra que a Emenda Constitucional 49/06 retirou o monopólio da União sobre a produção, a comercialização e o uso de radioisótopos de meia-vida igual ou inferior a duas horas. No entanto, ele entende que a medida é insuficiente para atender à demanda por outros tipos de radioisótopos, que seriam "essenciais na medicina nuclear – seja para fins de diagnóstico, seja para terapia –, mas continuam monopólio da União".

Radioisótopos são elementos químicos radioativos (são átomos que possuem núcleos instáveis). E a meia-vida de um elemento radioativo é o tempo necessário para que a sua atividade seja reduzida à metade da atividade inicial. O relator da proposta (PEC 100/07), César Borges (PR-BA), defende a aprovação, argumentando que a medida permitirá a democratização do uso de radioisótopos e possibilitará a detecção precoce de diversas doenças.



Entre as medidas com prioridade no Plenário estão as que reajustam salários das carreiras de Estado e outras categorias

# MP anticrise só será votada após a liberação da pauta

Garibaldi disse acreditar que será aprovada com tranquilidade a medida provisória que amplia os poderes do Banco Central para assumir carteiras de bancos em dificuldade

A PAUTA DO Senado está trancada por cinco medidas provisórias (MPs), entre elas as que tratam de alteração no sistema de transação com o real, do reajuste salarial para carreiras de Estado e da administração pública federal, e da isenção de tributos para doações destinadas a combater o desmatamento.

Após a votação dessas matérias, o Plenário pode apreciar a MP 442/08, que visa atenuar os efeitos da crise financeira internacional no país. Essa MP dispõe sobre operações de desconto pelo Banco Central e autoriza a emissão de letra de arrendamento mercantil (LAM), com o objetivo de socorrer instituições

financeiras em dificuldade.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse acreditar que a proposta será aprovada com tranquilidade pelo Plenário.

A Medida Provisória 443/08, também editada pelo governo para conter os efeitos da crise, e ainda em exame na Câmara dos Deputados, autoriza o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a adquirirem participação em instituições financeiras.

### Servidores

Das cinco MPs que trancam a pauta, quatro foram transformadas em projetos de conversão. O PLV 27/08, proveniente da MP 440/08, beneficia 91.308 servi-

dores civis, sendo 45.661 ativos, 30.062 aposentados e 15.585 pensionistas, distribuídos em oito carreiras, entre as quais as de auditor da Receita Federal, fiscal do trabalho e diplomata.

Já o PLV 28/08, originário da MP 441/08, é um conjunto de normas destinadas a reorganizar e padronizar a remuneração no âmbito da administração pública federal e criar cargos em diversas carreiras para diminuir a terceirização irregular de postos de trabalho. O efeito da medida alcança um total de 191.190 servidores federais ativos, 115.774 aposentados e 72.739 pensionistas, segundo informações do Poder Executivo.

## Raupp: Congresso pode corrigir medida sobre compra de bancos

O líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), disse ontem que, se necessário, o Congresso Nacional deve fazer "correções e aperfeiçoamentos" na Medida Provisória 443/08, que concede autorização ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal para a compra de instituições financeiras em dificuldades. Para ele, a MP contestou o próprio governo, que sustentava o discurso de que a crise estava sob controle.

– Por que editar uma MP tão drástica, que possibilita o controle acionário de bancos por instituições financeiras estatais, sem que seja, inclusive, necessário consultar o Congresso? – questionou.

Raupp afirmou que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que estivera na Câmara na véspera da edição da MP 443, quando nem sequer comentou que o governo iria editar nova medida provisória, perdeu uma oportunidade de obter maior confiança do Congresso.

O senador lembrou que um dos artigos da MP permite à Caixa criar um banco de investimentos para comprar participação em empresas de construção civil – medida criticada até mesmo pelo setor que seria beneficiado.

### Presidência da Casa

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) defendeu a tese de que seu partido não deve abrir mão da



Raupp questiona MP que permite ao BB e à Caixa adquirirem instituições

Presidência da Casa. E afirmou que já está trabalhando pela eleição de José Sarney (AP) para o cargo.

Raupp ponderou, em resposta, que Sarney é, sem dúvida, o melhor nome para presidir o Senado, por sua grande experiência. Para ele, resta saber se o senador do Amapá vai aceitar o lançamento de seu nome.

## CAS vota amanhã recomposição de benefícios da Previdência

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa amanhã, a partir das 11h, projeto de lei de iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS) que objetiva recompor o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos segurados da iniciativa privada. A proposta considera, para esse efeito, o número de salários mínimos que representavam os benefícios na data de sua concessão. A proposta será votada na CAS em

decisão terminativa.

O relator da matéria (PLS 58/03) na CAS, senador Expedi-

to Júnior (PR-RO), apresentou parecer favorável ao projeto na forma de substitutivo aprovado

pelos senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Os membros da CAS examinarão ainda projeto de lei (PLS 254/08) de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) visando permitir que o desconto da contribuição patronal no Imposto de Renda Pessoa Física seja em dobro quando o empregado doméstico, com carteira assinada, freqüentar instituição de ensino.



Comissão de Assuntos Sociais também analisa incentivo ao estudo de domésticos

## Congresso festeja amanhã 20 anos da Carta

O Congresso Nacional reúne-se amanhã em sessão solene, às 10h, no Plenário da Câmara dos Deputados, para comemorar os 20 anos da promulgação da Constituição brasileira, ocorrida no dia 5 de outubro de 1988. Os requerimentos solicitando a realização da sessão são de iniciativa dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Com a Constituição de 1988, foi inaugurado no país um novo arcabouço jurídico-institucional, conforme lembrou Arthur Virgílio, pois a nova Carta ampliou as liberdades civis e os direitos e as garantias para o cidadão brasileiro. O líder do PSDB recordou que o então presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, chamou a nova Carta de "Constituição Cidadã", e que esta "foi promulgada para atender aos anseios da sociedade, após um processo de ditadura instalado com o golpe militar de 1964".

– A promulgação da Carta Magna foi de fundamental importância para a consolidação e o fortalecimento da democracia brasileira – afirmou Virgílio.

### Conquistas

A Constituição de 88 ampliou os direitos sociais e as atribuições do poder público, alterou a divisão administrativa do país, que passou a ter 26 estados, e instituiu uma ordem econômica tendo por base a função social da propriedade e a liberdade de iniciativa, limitada pelo intervencionismo estatal.

Outras mudanças consideradas importantes são: instituição de eleições majoritárias em dois turnos; voto facultativo para cidadãos com 16 ou 17 anos; maior autonomia aos municípios; estabelecimento da função social da propriedade privada urbana; proibição de comercialização de sangue e seus derivados; leis de proteção ao meio ambiente; e fim da censura em rádios, TVs, teatros, jornais e demais meios de comunicação.



## Papaléo lamenta demora do início de campanha contra a dengue

Papaléo: prevenção exige campanha permanente

Papaléo Paes (PSDB-AP) disse ontem lamentar, apesar das várias advertências, inclusive de senadores, o fato de somente agora o governo federal tornar público um programa de combate à dengue para o verão 2008/2009. Em sua opinião, pode ser "tarde para mobilizar pessoas e equipamentos", visando ao combate da doença em escala nacional.

– Os programas devem existir ao longo do ano todo e de modo permanente.

Papaléo, que é médico, elogiou a atuação do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, mas afirmou que não basta "competência pessoal". O problema, lembrou, vem se agravando nos últimos anos, seja pelo aumento do número de casos ou pela expansão da área de incidência do

mal, enquanto as medidas "são tomadas depois de acontecerem os incidentes".

Não é fácil combater a dengue, salientou, porque sua prevenção tem de ser executada todos os dias e não depende só do governo. Por isso, frisou, é necessário investir em educação, com campanhas nas escolas e intensa mobilização dos agentes de saúde nas áreas de risco.



Foto de Gerardo Maggela



Gerardo Maggela

## Mais quatro capitais devem discutir projeto de Orçamento

Rio de Janeiro, Salvador, Palmas e Porto Velho serão ouvidas pela primeira vez sobre a proposta de lei orçamentária. Comissão de Orçamento estará hoje em Belo Horizonte

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) vai debater o projeto de Lei Orçamentária Anual para 2009 em mais quatro capitais brasileiras: Rio de Janeiro, Salvador, Palmas e Porto Velho são as novas cidades que foram incluídas no roteiro do colegiado para a realização dos seminários.

As discussões começaram no dia 23 de outubro e já passaram por Recife, Fortaleza, Campo Grande, Manaus, Goiânia, Porto Alegre e Vitória.

De acordo com o presidente da comissão, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), nos seminários já realizados houve intensa mobilização popular, tendo os debates sido enriquecidos com importantes contribuições de vereadores, prefeitos e deputados estaduais.

– Esse processo de participação popular na elaboração da peça orçamentária é irreversível. Nas reuniões já realizadas, recebemos excelentes sugestões dos participantes, por exemplo, nas áreas de educação, saúde e transportes – disse o parlamentar.

### DATAS E LOCAIS DAS AUDIÊNCIAS

#### BELO HORIZONTE

Data: 4 de novembro  
Horário: 9h  
Local: Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Local: Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

#### SALVADOR

Data: 10 de novembro  
Horário: 9h  
Local: Plenário da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia

#### PORTO VELHO

Data: 6 de novembro  
Horário: 9h  
Local: Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia

#### PALMAS

Data: 11 de novembro  
Horário: 9h  
Local: Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins

#### RIO DE JANEIRO

Data: 7 de novembro  
Horário: 9h

Os encontros foram organizados como mais uma ação de transparência da comissão, que este ano promoveu inovações no programa Fiscalize ([www.camara.gov.br/orcamento](http://www.camara.gov.br/orcamento)), com a inclusão da possibilidade de consulta a empenhos da União a estados e municípios. As discussões vão possibilitar a apresentação de emendas po-

pulares ao projeto orçamentário para 2009.

Além do presidente da CMO, os seminários contam com a participação do relator-geral do Orçamento, senador Delcídio Amaral (PT-MS), do relator de Receita, deputado Jorge Khoury (DEM-BA), de outros integrantes da CMO e de lideranças regionais.

Obras garantiriam água "para 30 mil sedentos", segundo Mão Santa

### Mão Santa: falta de energia impede o uso de poços

Ao referir-se a reportagem do *Jornal Nacional*, da Rede Globo, Mão Santa (PMDB-PI) denunciou a existência de um esquema de corrupção envolvendo a perfuração de 6.500 poços tubulares no Piauí, de até 600 metros de profundidade – alguns deles ao custo de R\$ 300 mil, segundo o senador –, e que não funcionam porque não dispõem da energia elétrica prometida pelo programa Luz para Todos, do governo federal.

– Não chegou a energia porque a corrupção não deixou. O fato é que temos 6.500 poços desativados, que representariam água para 30 mil sedentos.

O senador também responsabilizou o governo estadual pela situação de penúria da pecuária, que há mais de cinco anos não pode exportar para o resto do Brasil. Segundo Mão Santa, o Piauí é considerado pelo Ministério da Agricultura como "área de risco desconhecido para o controle da febre aftosa".

– Apesar dos produtores estarem cumprindo o seu papel vacinando mais de 80% do rebanho, o governo do estado não tem cumprido com sua parte no que diz respeito ao levantamento e mapeamento do rebanho, bem como à fiscalização adequada. Isso levou à decadência do setor, que agora pede socorro.

Em aparte, Valdir Raupp (PMDB-RO) sugeriu que Mão Santa procure o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, para receber orientação sobre o que fazer no caso.

## Paim saúda consulta para ouvir a população

Paulo Paim (PT-RS) comemorou a realização de audiências regionais da Comissão Mista de Orçamento para discussão do projeto de lei orçamentária de 2009. Ontem de manhã, foi realizada reunião em Porto Alegre. Para o senador, as audiências são uma forma de "orçamento participativo nacional" – prática adotada pelo Partido dos Trabalhadores em prefeituras, para ouvir a população sobre a aplicação dos recursos do orçamento.

– Isso é importante na medida em que busca dotar esse processo de maior transparência.

Paim salientou que a iniciativa vai ao encontro da proposta



Jonas Pereira

Paim comemorou a possibilidade de vitória de Obama nas eleições dos EUA

de emenda à Constituição (PEC 23/05) de sua autoria que determina a regionalização das discussões do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei

Orçamentária Anual (LOA).

O senador também lembrou a realização, hoje, de reunião com o ministro da Previdência Social, José Pimentel, para discutir como adequar o Orçamento caso sejam aprovados, pela Câmara, o projeto de lei que extingue o fator previdenciário (PLS 296/03) e o que estabelece uma política de reajuste do salário mínimo e das aposentadorias (PLC 42/07).

Paim comemorou ainda a possibilidade de vitória do candidato Barack Obama nas eleições presidenciais dos Estados Unidos. Se eleito, Obama será o primeiro presidente negro do país, ressaltou.

## Mário Couto culpa governadora por violência no Pará

Ao apresentar dados demonstrando o aumento da criminalidade em seu estado, bem como a falta de condições para a atuação dos órgãos de segurança pública, o líder da Minoria, Mário Couto (PSDB-PA), comunicou o envio de ofício ao Ministério Público do Pará sugerindo a adoção de medidas para responsabilizar a governadora Ana Júlia Carepa pela situação, não tendo debelado o crescimento da violência.

Os salários pagos aos policiais civis e militares são baixos em relação a outros estados, disse o senador. Mário Couto considerou também insuficiente o efetivo de policiais – 11 mil – para uma população de 7 milhões de pessoas, afirmou.

– Desde o ano passado, venho dizendo que o Pará é o estado mais violento do Brasil, e, de lá para cá, nada foi feito. Em 2006, 415 pessoas foram assassinadas lá. Em 2007, somente no primeiro semestre, o número já era maior. Em 2008, se a proporção continuar, nós vamos chegar a mais de mil assassinatos na Grande Belém. É ou não é uma guerra? É ou não é falta de responsabilidade do poder público? – questionou.

Mário Couto, ao comentar pronunciamento de Paulo Paim (PT-RS), também defendeu a aprovação de dois projetos, em tramitação na Câmara, que beneficiam aposentados, por meio da eliminação do fator previdenciário e da vinculação dos aumentos dos benefícios à correção anual do salário mínimo.



Gerardo Maggela

Casos de violência têm crescido no estado, segundo Mário Couto

## CRA examina pagamento em dinheiro de terra desapropriada para reforma agrária



José Cruz

Comissão vota também projeto sobre uso de óleo vegetal em veículo agrícola

Projeto de lei que determina o pagamento em dinheiro de terra e das benfeitorias de imóveis rurais destinados à reforma agrária poderá ser votado hoje pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A iniciativa, de Raimundo Colombo (DEM-SC), é relatada por Marconi Perillo (PSDB-GO), que apresentou

substitutivo à proposta.

De acordo com o projeto (PLS 482/07), o pagamento será efetuado em dinheiro se não houver propriedade passível de desapropriação por interesse social na mesma região em que o imóvel estiver situado.

A proposta determina ainda que, em caso de aquisição decorrente de acordo judicial

que fixará a indexação, o pagamento ocorrerá de forma escalonada por meio de títulos da dívida agrária (TDA).

Também consta da pauta o projeto (PLS 81/08) de Gilberto Goellner (DEM-MT) que trata da comercialização e do uso de óleo de origem vegetal como combustível para veículos utilizados na produção agrícola.